

## RESENHA

PAIVA, Maria das Graças de Menezes Venâncio, *Sociologia do Turismo*, 7. ed. Campinas, Sp: Papyrus, 1995.

Erich Lemos Herrmann

Acadêmico do curso de Turismo e Hotelaria do Centro Universitário de Maringá

### Introdução

Apresentar uma perspectiva crítica do turismo que busca compreender o turismo dentro do capitalismo e apresentar propostas de mudanças sociais, é o principal objetivo da autora. Para isso, ela mostra que a grande parte dos estudos sobre o turismo têm dado ênfase às técnicas e métodos de turismo, prevalecendo uma visão econômica e técnica, caracterizada por uma visão superficial da questão social do turismo.

A discussão recai sobre o lazer e a carga ideológica capitalista pela qual foi atingido. Essa ideologia cria necessidades de lazer programadas e orientadas para a produtividade e o consumo. Dentre elas, figura o turismo que, com apoio de esquemas mercadológicos, inseriu-se dentro da lógica da generalização e do consumo de massa em que prevalece o imediatismo dos empreendedores, a alienação dos esforços mercadológicos e a exclusão das populações de baixa renda.

A autora sugere a adoção de uma perspectiva crítica, que não exclui as vantagens econômicas que o turismo pode propiciar, mas inclui respeito às populações nativas das regiões turísticas e à idéia do turismo como meio de integração, renovação, convívio e até mesmo transformação da sociedade. Para tanto, justifica nos primeiros capítulos a necessidade de se pensar o turismo sob esse prisma.

### Resumo e discussão da obra

No capítulo primeiro, *O negócio turístico e o turismo de negócios*, a autora apresenta a observação de que o turismo enquanto entidade cultural configurou-se de forma organizada e comercial com os avanços tecnológicos pós-revolução industrial. Com a consolidação da indústria, transportes e comunicações se aperfeiçoaram, e cada vez mais indivíduos passaram a ter condições de viajar, de forma que surgiram pacotes do turismo de massa.

Na produção e comercialização do turismo, aspectos naturais, históricos, culturais e até artificiais dos locais turísticos são oferecidos como produtos intangíveis e criase nos prováveis consumidores a necessidade de consumo desses pacotes. A supremacia da visão mercadológica chega a segmentar o turismo em diversos tipos, como o turismo de lazer, de negócios, de congressos, profissional, educacional, esportivo, termal, ecológico, de terceira idade e de aventuras.

No entanto, o marketing turístico em nome do mercado cria agravantes. Nos países não desenvolvidos somente pequena parcela da população tem alcance ao consumo turístico, o que fragiliza as pessoas em relação ao que é veiculado pela mídia. Além disso, alguns serviços se limitam ao ângulo do marketing, dando origem a campanhas publicitárias enganosas, sem qualquer respeito ao consumidor final. Ocorre também uma debilidade dos países não desenvolvidos na sua inserção no mercado internacional. Propagandas negativas são feitas sobre as suas cidades, enfatizando os problemas sociais, como a violência e a falta de estrutura, sem que esclarecimentos mais profundos dos quadros sócio-econômicos desses países sejam feitos.

Nesse sentido, a autora destaca os trabalhos de Otávio Ianni por trazerem esclarecimentos do turismo na América Latina e no Brasil. Tais trabalhos têm considerado o atual contexto histórico de globalização que acentua os processos de concentração e centralização, no qual também está inserido o turismo.

Seguindo essa discussão, no segundo capítulo, *Turismo e subdesenvolvimento*, a autora relata que os estudos com enfoque econômico têm mostrado os seguintes benefícios para as cidades turísticas: a receita gerada e a rápida repercussão em outros setores econômicos, a tendência de expansão do mercado quanto às modificações nas relações de trabalho, a ilimitação do potencial de vendas do 'produto turístico', já que se compõe

de serviços e bens intangíveis, dependendo apenas da promoção e capacidade de gerar empregos. Mas os países de terceiro mundo encontram muitos obstáculos na exploração do turismo, decorrentes das suas próprias condições estruturais. Assim, um conhecimento totalizante do turismo e de seus efeitos sociais, culturais e políticos, considerando os benefícios que pode trazer, pode torná-lo uma tentativa de melhorar as condições de vida das populações e não uma forma de exploração, sem deixar de lado a clara situação de dependência e as condições da formação socioeconômica desses países, já que estão reproduzidas no turismo.

Essa discussão não pode deixar de lado a relação *Lazer e turismo*, título do capítulo seguinte. O lazer, que teria a liberdade de optar pelo que fazer como condição inerente, constituindo-se como um elemento dinâmico do desenvolvimento físico e psíquico dos indivíduos, cultural, e da integração social, sofreu um processo de mercadização via turismo e se transformou em fator alienante e de desagregação social. É necessário, então contextualizar o turismo dentro da noção de lazer enquanto espaço para a auto-realização e enriquecimento pessoal, atentando para o turismo como um processo harmonioso, auto-determinado e participante, que respeita a ecologia e as populações nativas.

No Brasil, no entanto, tal processo não é tão simples. Para a autora, é importante que a pouca parcela da população que tem alcance ao turismo influencie esta conscientização. A vertente econômica tem que ser bem revista também, já que o Brasil, podendo se consolidar como região receptora, pode utilizar esta situação em benefício das populações não-integradas ao mercado de trabalho. Para tanto, não se pode deixar de lado o fato de que há uma expansão dos oligopólios controladores que, no afã exploratório, provocam evasão de divisas, enclaves estrangeiros, periferização dos antigos moradores e desarticulação de atividades tradicionais. Os aspectos ecológicos merecem aqui espaço para discussão, e a autora dedica um capítulo, *Turismo e ecologia*, a esse propósito.

A constituição brasileira é tida como uma das mais completas quanto ao assunto meio ambiente, mas há muito ainda o que se fazer para o país atingir outro nível de conscientização e do comportamento dos que decidem questões que podem ou não prejudicar o meio ambiente. A lei prevê que se deve assegurar a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural e estabelece normas de uso e ocupação do solo, mas essa legislação tem sido ignorada. Ao Brasil cabe pensar projetos integrados à natureza, correlacionados com a agricultura, além de programas educativos sobre ecologia, já que possui grandes pólos ambientais como a Floresta Amazônica, a Mata atlântica e o Pantanal Mato-Grossense.

O *Sistema Nacional de Turismo*, também título de um capítulo seqüente do livro, foi criado para garantir a expansão do turismo no Brasil, em 1966. A Empresa Brasileira de Turismo, criada nesse ano, vinculada ao Ministério de Indústria e Comércio, estabeleceria os primeiros incentivos fiscais e financeiros e nos anos seguintes, leis e decretos tentariam aperfeiçoar os mecanismos de incentivos, regulamentação e, organização das atividades turísticas. Subsistemas estaduais de turismo foram instalados e o Sistema Nacional de Turismo trouxe organização e racionalidade no tratamento de turismo pelo Estado. O Sistema Oficial de Turismo, com influência do contexto internacional, reproduziu um modelo de desenvolvimento almejado para o país na época. Metodologias foram extraídas da Organização dos Estados Americanos, mas coube ao Cicatur (Centro Interamericano de Capacitação Turística) o mérito na formação dos primeiros técnicos especializados em turismo no Brasil.

Em relação ao *processo de trabalho em turismo*, algumas características, como a priorização do processo de organização do trabalho e treinamento de empregados em comparação com as inovações tecnológicas, o encadeamento intra e inter-setorial, ou seja, uma interdependência e articulação entre empresas e o fato de o trabalho do turismo ser baseado na cooperação entre as partes são é um aspecto favorável ao trabalhador do turismo. Este trabalhador deve entender seu trabalho em sua totalidade, conciliando o saber com o fazer, tendo assim a oportunidade do exercício da criatividade e iniciativa em face do inusitado de cada instituição apresentada. No entanto, no Brasil verificam-se relações de trabalho ainda precárias, como jornadas extensas, salários incompatíveis com funções exercidas, etc., e com a maioria dos trabalhadores nos níveis operacionais e uma pequena parcela nos níveis de direção e gerenciamento.

A respeito dos *estudos e pesquisas sobre o turismo*, destacam-se estudos realizados no México pelo Cicatur a respeito da necessidade de planejamento integral do turismo em países latino-americanos, considerando a evolução histórica do continente e a sua dependência. Tais estudos, com uma visão mais crítica são considerados bastante relevantes para o turismo no Brasil, que, a propósito, tem publicações em maioria nas áreas técnicas.

O tema *Turismo e espaço urbano* foi discutido nos capítulos finais do livro. A autora inicia o tema dizendo que as modificações trazidas pelo turismo sobre o uso do solo ou, ainda, a interdependência entre turismo e urbano, podem ser planejadas. Nesse sentido, a autora faz um resgate teórico sobre espaço urbano e política urbana.

Trançando *um quadro teórico sobre o urbano*, a autora aponta uma visão teórica predominante, segundo a qual o espaço urbano resultante do desenvolvimento das

forças produtivas, inclusive a produção e reprodução das forças de trabalho, se delinea para atender exigências de cada momento histórico. Na fase monopolista em que se encontra o capitalismo, esse espaço se caracteriza por conglomerações e formação de capital estrangeiro, tendo o Estado papel regulador, normatizador e produtor do espaço. Quanto à avaliação de políticas públicas urbanas de caráter turístico, a autora destaca as vias analíticas propostas por Camargo, Lamparelli e George, a saber: a base física, que compreende a localização dos equipamentos até a produção e utilização destes; a operação, que corresponde à estrutura administrativa; e a apropriação, ou o consumo dos usuários.

As políticas públicas de intervenção levadas a cabo, denominadas '*planos urbanos/turísticos*', são discutidas pela autora. Fazendo um resgate histórico, a autora mostra que os primeiros planos urbanísticos partiram dos governos francês e espanhol e visavam evitar a desagregação ambiental, reorganizar o espaço em face do turismo, modernizar a infra-estrutura funcional e integrar o litoral espanhol e francês ao resto da Europa. Na América Latina, a autora aponta a criação do Cicatur como um marco para o desencadeamento de diversos planos que conjugavam o turismo à ocupação do espaço urbano.

A *experiência de planos urbanísticos/turísticos no Brasil* tem expressado uma preocupação maior com a reprodução do capital do que com a reprodução da força de trabalho. Além disso, a maior parte desses planos não é implementada em decorrência da descontinuidade administrativa e falta de recursos financeiros, entre outros motivos.

Dentre os principais planos, a autora destacou o Projeto Turis, um dos primeiros e que visou integrar o litoral do Rio de Janeiro a Santos, o Plano Diretor da orla marítima da Bahia: Porto Seguro e Santa Cruz de Cabralia, e Porto Seguro, Açú da Torre, além do Plano de Turismo do Recôncavo. Além desses, o II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND) que definiu diretrizes para tentar reestruturar a rede urbana nacional e ampliar a eficiência dos centros urbanos, e estudos realizados através da Embratur, a saber, o Inventário da Oferta Turística, que serviria como instrumento para as atividades de planejamento turístico em níveis nacional, regional, municipal e local com vistas à proteção, preservação e divulgação da oferta turística, e a Identificação do Espaço Turístico, que se propunha definir municípios e espaços turísticos necessários a uma política de descentralização e o estabelecimento de novos núcleos de apoio à expansão turística. Enfim, a autora não nega o avanço da política de turismo, mas ressalta alguns obstáculos, como a descontinuidade das diretrizes da política nacional de turismo, a omissão de órgãos estaduais e municipais em

priorizar estudos dessa natureza, a negligência quanto ao turismo por parte do governo federal e a pretensa organização sistemática do uso do solo urbano inerente à lógica capitalista.

### Considerações do resenhista

A autora apóia-se em uma concepção teórica baseada em uma perspectiva crítica e em dados diversos sobre o turismo nacional e mundial, para sugerir uma forma nova de se pensar o turismo no Brasil.

Ao lançar um olhar crítico sobre o turismo, a autora evidentemente denuncia os problemas que o capitalismo de ordem global colocam à sociedade e que são refletidos também no turismo, como a oligopolização do setor, relação de trabalho exploratória, massificação e, conseqüentemente depredação cultural, social, e ecológica. A carga ideológica que atinge o turismo é também um problema importante que a autora denuncia sob a luz de um olhar crítico, e que camufla outros problemas sociais e potencializa o risco de um turismo depredatório.

As considerações que a autora faz das características das teorias sobre o turismo alertam sobre a inserção do turismo na ideologia capitalista global e sobre a necessidade de obras com perspectivas críticas. Ao lado disso, a autora esboça um quadro teórico do tema turismo e urbano e expõe alguns fatos e considerações sobre as políticas públicas de intervenção sobre o fenômeno turismo.

Sumariamente, em relação ao turismo no Brasil, o texto mostra a importância de se pensar o processo de globalização e dependência do país, juntamente com as demais considerações acima, para que a potencialidade turística nacional possa ser convertida em vantagens econômicas, ecológicas, culturais e sociais.